

A Educação como Prioridade de Investimento



**A EXPERIÊNCIA DE
VITÓRIA - ES
1989/1992**

5

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Encarando a educação como prioridade e destinando-lhe 35% do orçamento municipal, Vitória conseguiu, em quatro anos de trabalho, desenvolver uma exemplar política de ensino e resgatar a dignidade e o prestígio da escola pública. Em 1990, estavam fora da escola em Vitória aproximadamente 64% das crianças de até 6 anos e cerca de 19% das crianças de 7 a 16 anos. Uma avaliação da situação escolar do município mostrou que, para cobrir a demanda naquele ano, havia necessidade de 1.641 novas salas de aula para a pré-escola e 650 para o primeiro grau. A comunidade foi chamada a discutir qual o padrão de atendimento desejado, com o objetivo de garantir espaços adequados não só para salas de aulas, mas também para o lazer, bibliotecas, quadras de esportes, auditórios.

Levando em conta o resultado dessas discussões, a Prefeitura construiu, até 1992, oito pré-escolas e 11 escolas de primeiro grau, além de reformar e ampliar quatro. Entre 1989 e 1992, a rede municipal elevou em 64% sua capacidade de atendimento, aumentando de 21.141 para 34.724 o número de matrículas na pré-escola e no primeiro grau regular e supletivo. Nesse período, houve um grande aumento na procura de vagas por pessoas de classe média, em parte por conta dos crescentes aumentos nas mensalidades, mas também pela confiança que as escolas públicas do município começaram a despertar.

Mudando tudo, da pré-escola à distribuição da merenda

Centro da região metropolitana, com mais de um milhão de habitantes, a capital do Estado do Espírito Santo acolhe diariamente moradores dos municípios vizinhos, que buscam seus serviços, sobretudo saúde e educação. Até 1987, Vitória tinha 89 estabelecimentos de ensino, para atender do pré-escolar ao 2º grau. Desses, 48 eram particulares, 28 pertenciam ao Estado e apenas 23 ao município. As escolas estavam superlotadas, a maioria ficava situada em áreas de renda mais alta, os salários dos profissionais eram baixos e não havia praticamente investimento destinado ao aperfeiçoamento de professores. Para conseguir uma vaga na escola era preciso recorrer ao velho hábito do clientelismo.

O quadro começa a mudar em 1988. Estudo realizado por profissionais da área detectou os principais problemas. Em primeiro lugar, era preciso reverter a situação da pré-escola, até então tratada como um depósito, onde as crianças eram guardadas para que seus pais pudessem trabalhar. Os espaços eram inadequados e não havia preocupação com a formação do pessoal responsável pelas crianças em idade pré-escolar.

O segmento de 1º grau também exigia rápidas mudanças. Os prédios estavam em péssimas condições, não havia material didático-pedagógico e os baixos salários obrigavam a maioria dos professores a ter outros empregos, sem procurar a excelência em nenhum. Havia ainda o problema da merenda escolar, que era distribuída entre os funcionários da rede municipal, como forma de compensação pelos baixos salários. Uma distorção a mais no perverso sistema gerador de analfabetismo, repetência e evasão.

O objetivo da administração que assume em 1989 foi resumido em quatro propostas básicas: universalização do ensino, valorização do profissional da educação, garantia de condições materiais de trabalho e democratização da escola pública. Mais do que dar escola para todos, era preciso garantir a permanência do aluno, respeitando seus conhecimentos e interesses. A ênfase passa a ser o ensino voltado para os valores essenciais à vida do aluno, que renove e mantenha seu interesse na aprendizagem. Permeando todas as ações propostas pela nova administração, havia o compromisso ético de moralização, assim como de participação da comunidade e de descentralização. Começava assim uma reformulação profunda na questão educacional.

Bloco único, solução para a repetência

A repetência nas séries iniciais e a evasão ao longo do primeiro grau são fantasmas que rondam as escolas públicas brasileiras. Em Vitória, pensou-se, num primeiro momento, que seria possível erradicar esses dois males mudando a postura do professor com relação à avaliação do aluno, através de discussões e debates, assim como criando classes de recuperação. Porém o problema persistia. Com a adoção do bloco único, que elimina a avaliação seletiva nas primeiras séries, dando ao aluno a oportunidade de progredir dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem, o antigo quadro começa a ser revertido. Os índices de reprovação caíram, em 3 anos, de 24,3% para 13,6%. Os índices de evasão estão inalterados desde então.

É preciso ressaltar que, se a nova e radical visão pedagógica tem apresentado ótimos resultados, exigiu muito dos professores, que tiveram de abandonar velhos hábitos e conceitos e encarar de frente outra forma de pensar o processo educacional. A Secretaria de Educação Municipal de Vitória promoveu vários fóruns para discutir o bloco único, passando a adotar nova forma de avaliação. O pressuposto é que não há razão para separar alunos fortes e alunos fracos, pois que as trocas entre eles favorecem o aprendizado, assim como ajudam a superar os preconceitos e estereótipos.

Nesse processo, os professores, sempre que possível, acompanham as turmas desde a alfabetização, se tornando, assim, mais aptos a perceber o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Além disso, o grupo que permanece unido por anos seguidos vive com mais suavidade o processo de aprendizagem, pois passa a contar com a segurança dos vínculos e das relações que estabelece com o passar do tempo.

A pré-escola, de depósito a espaço pedagógico

No âmbito da pré-escola, a Secretaria Municipal decidiu recuperar antigas unidades, construir novas e capacitar os servidores para a elaboração de um projeto pedagógico que levasse em conta as características e necessidades próprias de cada faixa etária e cujos pressupostos fossem discutidos e compartilhados com as famílias. A Prefeitura ampliou o número de pré-escolas e firmou convênios com entidades filantrópicas para funcionamento de mais quatro unidades, aumentando em 33% o atendimento para a população.

Definiu-se que a prioridade para o acesso à creche e à pré-escola era ser morador do bairro, uma vez que a instalação de uma creche ou pré-escola em determinado local é uma decisão dos moradores, durante a discussão do orçamento municipal. A Prefeitura decidiu também abandonar a condição sócio-econômica como critério para matrícula, pois considera que todos têm direito à educação.

Do coordenador ao servente, todos os funcionários que trabalhavam nas pré-escolas passaram por cursos de formação. Durante essa fase, procurou-se orientar o profissional de acordo com teorias modernas, em especial o *construtivismo*, posto em prática no segmento de primeiro grau, para que não houvesse ruptura entre a orientação da pré-escola e a seguinte.

A princípio, houve reações contrárias, pois o pessoal que atendia à faixa etária do pré-escolar estava acostumado a agir de acordo com seus conceitos empíricos e não via razão para mudar. Os professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram chamados a participar do trabalho de conscientização dos servidores, através de cursos, seminários e muito assessoramento. Formaram-se equipes para trabalhar a proposta pedagógica apresentada e hoje essas equipes são requisitadas para assessorias, seminários e debates públicos em toda a região da Grande Vitória.

Formação em serviço e acesso a novos materiais

O estatuto do magistério público de Vitória é reconhecidamente defasado. Enquanto não é possível reformulá-lo, a Prefeitura procurou tomar medidas que favorecem o funcionalismo, especialmente no que diz respeito a seus direitos e condições de trabalho. Dentre elas, a Formação em Serviço é uma das mais interessantes, por fomentar o debate e a procura por novas alternativas profissionais. Os profissionais expressam suas necessidades, são o sujeito da ação, e a função da Secretaria é apoiá-los.

Foram desenvolvidos também mecanismos como seminários, paradas obrigatórias, assessoramento, oficinas, planejamento integrado, entre outros, propiciando o encontro e a reflexão dos profissionais da área, que podem avaliar seus trabalhos, assim como traçar as metas a seguir. Outra medida adotada para a valorização do profissional de educação foi o Plano de Cargos e Salários, pelo qual o professor recebe de acordo com a sua maior habilitação na área, independentemente do cargo que ocupa.

Concurso público realizado em 1991 aumentou o quadro da Secretaria Municipal de Educação para 2.414 servidores. Reajustes salariais mensais vêm sendo dados de acordo com a variação dos preços ao consumidor na Grande Vitória, desde que a receita comporte a despesa. Caso contrário, o resíduo fica acumulado. Essa medida, fundamental para garantir uma remuneração digna aos servidores, foi definida em acordos coletivos.

Os professores têm, ainda, licença remunerada para freqüentar cursos de especialização e mestrado em áreas da educação. E garantia de acesso a livros, apostilas, jornais e revistas. Todas as unidades da rede escolar de Vitória se encontram aparelhadas com

televisão, vídeo, retroprojektor, ventiladores de teto, carteiras, mobiliário do professor, máquinas de lavar e esterilizar roupas e outros materiais considerados necessários para manter o padrão de qualidade desejado. A rede conta também com um ônibus para excursões e passeios.

Há bibliotecas escolares com farto acervo em fitas de vídeo, livros, jornais e revistas. E algumas escolas fazem gincanas para doação de livros. Os professores têm acesso garantido a cópias xerox, estêncil, livros, fitas de vídeo e todos os instrumentos necessários à sua formação e à do aluno. Os alunos recebem, gratuitamente, lápis, borracha, bloco de rascunho e caderno de material reciclado na usina de lixo de Vitória.

Conselhos de escola e eleição de diretores

Por iniciativa da Prefeitura de Vitória, foi aberto o debate para a democratização da gestão escolar. A princípio, houve algumas reações, mas, hoje, o sistema está funcionando muito bem. Foram criados os conselhos de escola e estabelecida a eleição de diretores, previstos na Lei Orgânica do Município. Dos conselhos participam o diretor da escola, representantes de alunos, de pais, do grupo do magistério, dos servidores e de entidades de movimentos populares. Entre outras atribuições, estão a cargo dos conselhos a administração dos recursos financeiros da escola, provenientes da cantina e de outras fontes, a avaliação do desempenho do professor, da própria escola e do rendimento dos alunos. Os conselhos respondem também pelo estado de conservação da escola, decidindo os equipamentos que precisam ser adquiridos.

A função principal do conselho é aumentar o número de pessoas interessadas na defesa da escola pública de qualidade. Pais, alunos e representantes comunitários discutem os assuntos de interesse de todos, como o currículo escolar ou a eleição de diretores, por exemplo. A escola deixa de ser uma ilha isolada e passa a fazer parte da vida comunitária. A eleição do diretor e a gestão participativa através de conselhos transforma a escola num núcleo de poder capaz de lutar por sua autonomia e condições concretas de trabalho. Hoje, em Vitória, o número de vagas é publicado em edital público, a sociedade é convidada a opinar e os educadores gestam a proposta pedagógica que vão utilizar. O exercício da cidadania é a grande lição que Vitória pode dar ao país. ☺